

CONSTITUINTE

# Senado repete votação e a convocação é aprovada

BRASÍLIA — O Congresso Nacional concluiu ontem à tarde o processo de votação da convocação da Assembleia Nacional Constituinte quando o Senado Federal aprovou, em segundo turno, com 55 votos favoráveis, o quarto texto da emenda. Na madrugada de ontem, o mesmo texto havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados por 324 votos "sim", 21 "não" e uma abstenção.

A votação de ontem à tarde serviu para aprovar a matéria após a anulação da primeira votação no Senado, por ter sido constatada uma irregularidade: o voto "sim" do Senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), que, no entanto, não estava em plenário e sim no Rio de Janeiro, para onde viajara às 18 horas, quase nove horas antes da votação.

A anulação, determinada pelo Presidente do Senado, José Fragelli, não logo ficou evidente — por um telefonema dele a Saldanha Derzi — que ele não havia votado, foi elogiada pela maioria dos parlamentares que ocupou a meia hora de "pinga-fogo" que abriu a sessão de votação, às 14 horas.

O líder em exercício do PTB na Câmara, Roberto Jefferson, tentou uma manobra visando a considerar que a votação, mesmo com a anulação do voto de Derzi, seria válida, pois ficando 45 votos favoráveis, estava presente no Congresso o Presidente Fragelli, permitindo quorum (46 votos a favor). No seu entender, portanto, a votação não somente era válida, como a emenda da Constituição tinha de ser considerada rejeitada no Senado. Essa questão de ordem, porém, não prosperou, pois Fragelli disse que havia considerado prejudicada a votação, devido ao voto de Derzi computado erroneamente.

Por sugestão do líder do PT na Câmara, Djalma Bom, quando da votação, José Fragelli solicitou aos Senadores que se dirigissem aos dois microfones de apêndices — instalados frontalmente à Mesa Diretora — pa-

## De madrugada, um duro golpe para a comemoração da Aliança Democrática

BRASÍLIA — Duas horas da madrugada de ontem: Deputados e Senadores gritavam, erguiam os braços e jogavam jornais para o alto, comemorando a aprovação da convocação da Constituinte, uma vitória apertada que custou 16 horas de sessão e quase quatro meses de polémica.

Meia hora depois, durante a votação da reforma tributária, o Deputado Cunha Bueno (PDS-SP) levantava a suspeita sobre a presença do Senador Saldanha Derzi (PMDB-MT), cujo "voto" favorável garantiu o número mínimo para a aprovação. Um duro golpe na festa da Aliança Democrática.

Iniciou-se um tumulto de quase uma hora, que resultou na anulação da votação no Senado, em decisão unânime da Mesa. O Presidente das sessões conjuntas do Congresso, Senador José Fragelli, pressionado por todos os lados, confirmou a fraude: Derzi tomara um avião às 18 horas, alegando problemas de saúde, e estava àquela hora no Rio Palace Hotel.

A votação no Senado foi feita sob chamada nominal. O primeiro Secretário Enéas Faria (PMDB-PR), encarregado da chamada e da anotação dos votos — confiava na seriedade dos Senadores. Ao chamar Derzi pelo microfone e ouvir uma voz que gritou sim do fundo do plenário, anotou o voto.

Após ser divulgado o resultado, já era grande a movimentação da Mesa. O líder do PDT na Câmara, Nadyr Rossetti, cochichou com Fragelli e lhe transmitiu um telefonema que recebera de um funcionário do aeroporto, comunicando que Derzi viajara. Os líderes do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, e do Governo no Congresso, Senador Fernando Henrique Cardoso, apressaram-se em convencer Rossetti a não levar adiante a denúncia, sob o argumento de que o voto de Derzi não faria diferença, pois bastaria Fragelli votar para garantir os 46 necessários.

Diante da insistência do líder do PDT e do Deputado José Genoíno

ra proferir seus votos. Como isso foi entendido como um voto de desconfiança da Mesa, os Senadores protestaram e votaram como sempre o fazem: uns mais próximos, levantando a mão direita; e outros gritando "sim" e levantando-se para serem identificados pelo Secretário da Mesa, encarregado da chamada nominal. No plenário da Câmara, onde se realizam as sessões do Congresso, somente existe painel eletrônico para os Deputados, sendo os votos dos Senadores sempre tomados por chamada nominal.

O texto aprovado ontem à tarde pelo Senado é o quarto desde que chegou ao Congresso no dia 7 de agosto a mensagem presidencial propondo a convocação da Assembleia Constituinte. Um segundo texto foi o proposto pelo relator Flávio Bierrenbach e rejeitado pela Aliança Democrática, que o destituiu da função. O terceiro foi o do segundo relator, Walmor Giavarina. E o quarto, sem as expressões suprimidas nos destaques, foi votado em segundo turno.

Votaram ontem favoravelmente à Assembleia Nacional Constituinte exclusiva quanto ao seu funcionamento, mas não quanto a seus integrantes (pois após a Constituinte os Deputados e Senadores continuariam seus mandatos no Senado e na Câmara), os seguintes Senadores, por partido:

PMDB — Mário Maia (AC), Fábio Lucena (AM), Alcides Paio (RO), Galvão Modesto (RO), Hélio Gueiros (PA), Alberto Silva (PI), Martins Filho (RN), Humberto Lucena (PB), Cid Sampaio (PE), João Calmon (ES), José Ignácio Ferreira (ES), Itamar Franco (MG), Alfredo Campos (MG), Nelson Carneiro (RJ), Fernando Henrique Cardoso (SP), Severo Gomes (PE), Henrique Santillo (GO), Mauro Borges (GO), Gastão Müller (MT), Marcelo Miranda (MS), Roberto Mypych (PR), Alvaro Dias (PR), Eneas Faria (PR) e Alcides Saldanha (RS).



Fragelli anuncia o resultado da votação. Atrás, tranquilo, Ulysses assiste ao fim da polémica convocação da Constituinte

PFL — Altevir Leal (AC), Eunice Michies (AM), Américo de Souza (MA), João Lobo (PI), José Lins (CE), Marcondes Gadelha (PB), Milton Cabral (PB), Nivaldo Machado (PE), Guilherme Palmeira (AL), Carlos Lyra (AL), Luiz Cavalcante (AL), Albano Franco (SE), Lourival Batista (SE), Jutahy Magalhães (BA), Jorge Bornhausen (SC) e Carlos Chiarelli (RS).

PDS — Jorge Kalume (AC), Odacir Soares (RO), Aloisio Chaves

(PA), Gabriel Hermes (PA), Alexandre Costa (MA), Helvidio Nunes (PI), Virgílio Távora (CE), Passos Porto (SE), Lomanto Júnior (BA), Luiz Viana Filho (BA), Moacyr Dalla (ES) Amaral Peixoto (RJ), Benedito Ferreira (GO), Lenoir Vargas (SC) e Octávio Cardoso (RS).

O PTB e o PDT, representados no Senado por Carlos Alberto (RN) e Roberto Saturnino (R), respectivamente, não votaram pela Constituinte em nenhuma das votações feitas.

Além deles, não votaram, pelo PMDB, os Senadores José Fragelli (MS), que se encontrava na Presidência do Congresso, Saldanha Derzi (MS) e Jaison Barreto (SC); pelo PFL, Aderbal Jurema (PE) e Benedito Canellas (MT); e pelo PDS, Raimundo Parente (AM), João Castelo (MA), César Cals (CE), Moacir Duarte (RN), Murilo Badaró (MG), Amaral Furian (SP) e Roberto Campos (MT).

## O 'tiro pela culatra' dos que se opunham

BRASÍLIA — "Um tiro pela culatra" — é como pode se classificar o pedido de anulação da votação pelo Senado do segundo turno da emenda da Constituinte, feito na madrugada de ontem pelos Deputados Cunha Bueno (PDS-SP) e José Genoíno (PT-SP), prontamente acatado pelo Presidente do Congresso, Senador José Fragelli. Se os Deputados tivessem requerido apenas a anulação do voto do Senador ausente Saldanha Derzi a matéria seria rejeitada, pois havia quorum de deliberação e não de aprovação.

Fragelli, ao decidir pela anulação da votação, depois de comprovar a ausência de Derzi, foi criticado por todas as Lideranças da Aliança Democrática. Mas, de "precipitado e ingênuo", como foi qualificado, inicialmente, o Presidente do Senado aparecia à tarde com a imagem de um político extremamente inteligente, que fez o jogo dos adversários pa-

ra evitar o pior e ajudar o Governo a ganhar tempo para arregimentar mais Senadores, a fim de, na repetição da votação, a matéria ser aprovada por um quorum folgado, como aconteceu.

Os requerentes insistem em que erraram deliberadamente. Eles se valem do argumento, usado pelo próprio José Fragelli, de que poderia deixar a Presidência, descer e votar, substituindo o voto de Saldanha Derzi e completando o "quorum" para a aprovação. Esse argumento questiona a imagem conquistada por Fragelli e o próprio conhecimento que não apenas ele, mas os dois requerentes e todos os parlamentares devem ter sobre o processo de votação: proclamado o resultado, ninguém mais poderia votar ou alterar seu voto. Isso ficou muito evidente quando, na votação pela Câmara, o painel eletrônico regis-

trou com "não" o voto do Deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE). Ele protestou, anunciando publicamente o seu voto "sim", mas Fragelli respondeu que, uma vez proclamado o resultado, nenhum voto poderia ser alterado. Lima Filho argumentou que o sistema eletrônico há muito vem apresentando imperfeições. Fragelli tentou uma solução paliativa: fez constar em ata a reclamação mas não mudou o voto do Deputado.

O sistema eletrônico foi motivo de um escândalo recente que abalou a imagem do Congresso perante a opinião pública: na votação da emenda de dois turnos para as eleições municipais alguns Deputados votaram também por ausentes. Foi requerida a anulação da votação. Mas a Mesa da Câmara, acatando parecer da Comissão de Constituição e Justiça, resolveu considerar nulos apenas os votos dos ausentes e não o processo.

## Fragelli: a convicção de tomar decisão certa

BRASÍLIA — "Se não tivesse anulado a votação, entraríamos na Constituinte pela porta dos fundos, forçando-a por um erro que todos transformaríamos mais tarde em ato de fé". A afirmação do presidente do Senado, José Fragelli, foi feita com a tranquilidade de quem tomou a decisão correta. Em seu gabinete, no final da tarde de ontem, depois de garantida a convocação da Constituinte, ele comentou, aliviado:

— A questão não era jurídica, constitucional, nem política. Era, antes de tudo, moral e ética.

Fragelli contou que, ao anunciar sua decisão para os membros da Mesa e lideranças que o cercavam, ouviu de alguns parlamentares que a anulação da votação colocaria em risco a convocação da Constituinte. A advertência, respondeu que "perigo maior ocorreria se a emenda fosse aprovada com quorum sob suspeição".

— Não titubeei. A decisão de anular a votação foi minha.

Apesar do primeiro Secretário do Senado, Enéas Faria, que admitiu fraude ao garantir ter ouvido uma voz responder por Derzi, Fragelli acredita que não houve má fé. Para o Presidente do Senado "Naquela confusão, com o pessoal conversando, foi numa dessas que saiu o voto" e foi tudo um "lamentável equívoco".

— Fiquei foi amolado. Pensei: será possível que depois de todo o trabalho do esforço concentrado, numa quinta-feira, véspera do dia em que todos saem como bando em revoadas, não conseguiremos votar? Na hora, disse: puxa, como vamos enfrentar isso? — contou.

Mesmo com "indagações na cabeça", Fragelli determinou a imediata apuração da denúncia: primeiro, certificou-se de que o voto de Derzi havia sido anotado. Depois, localizou o Senador no Rio, obtendo a confirmação de que não havia votado.

— Não havia motivo para má fé — argumentou.

Fragelli disse que em nenhum momento temeu pela não aprovação da emenda. Segundo ele, o Congresso ainda teria 15 dias para garantir a emenda antes do recesso, mas o Presidente do Senado não escondeu sua satisfação com o resultado da votação ontem à tarde.

## Senadores do PDS mudam de opinião e garantem quorum para a aprovação

BRASÍLIA — Não fosse o PDS, o Congresso, por falta de quorum, ainda não teria conseguido aprovar a convocação da Constituinte. Se 16 Senadores do PDS — que antecorrem procuravam inviabilizar a Constituinte por achar que não participariam — não tivessem comparecido à sessão de ontem, o número regimental mínimo de 46 Senadores não teria sido atingido.

No plenário havia apenas 39 dos 45 Senadores da Aliança Democrática (26 do PMDB e 19 do PFL), apesar do esforço do Presidente José Sarney, em incessantes ligações telefônicas, de lembrar aos membros da coligação a condição de governistas.

A atitude aparentemente contraditória dos Senadores do PDS foi explicada pelo líder do partido na Câmara, Prisco Viana:

— Eles ficaram com medo de pagar o preço pela não convocação.

O motivo real foi o trabalho do Presidente do PDS, Senador Amaral Peixoto, do próprio Prisco e do líder do partido no Senado, Murilo Badaró, que, sem reunir a bancada, con-

versando com cada Senador, convenceram-nos de que não há motivo para acreditar que não participariam da Constituinte.

Com o argumento de que a Constituinte é livre e soberana mencionando pareceres de constitucionalistas, Amaral, Prisco e Badaró lembraram também a reconhecida honradez e probidade do Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que empenhou sua palavra de que ninguém será excluído. Mas o argumento decisivo foi a promessa de redução do prazo de filiação partidária de um ano para seis meses.

Grande parte dos parlamentares do PDS precisa trocar de partido — a tendência é aderir ao PMDB — para concorrer com chance na eleição de 1988. Certos de que o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, dará prioridade à votação do projeto do Deputado Epitácio Cafeteira (sem partido-MA), que reduz o prazo de filiação para oito meses — o Senado deve apresentar emenda reduzindo-o ainda mais para seis — os Senadores do PDS mudaram de idéia.

## Anistia só vai até o admitido pelos militares

BRASÍLIA — A única alteração introduzida na anistia aos militares cassados a partir de 1964, durante a votação da emenda que convoca a Constituinte, foi a retirada da expressão, "por princípio de antiguidade", o que amplia os benefícios da medida. A outra alteração, tentada à última hora, foi a de retirar do parágrafo 2º do artigo 4º a expressão "no caput deste artigo", uma precaução para que numa interpretação futura o Riocentro não fosse uma extensão da anistia.

Essa última providência, entretanto, acabou malogrando: o líder do PMDB, Pimenta da Veiga, retirou o destaque nesse sentido, depois de convencer-se de que os opositores da emenda Sarney aproveitavam-se do fato de a iniciativa ter sido tomada quando se procedia à votação do segundo turno da emenda. Ele retirou o pedido para viabilizar a continuidade da sessão.

Dessa forma, os militares cassados conseguiram vitórias apenas durante a fase de negociações que antecederam a apresentação do substitutivo Giavarina — um remendo de última hora que o PMDB impôs para derrotar o parecer do relator indicado pelo partido, Deputado Flávio Bierrenbach (SP), que propunha Constituinte exclusiva e vários plebiscitos.

Na verdade, eles conseguiram apenas a fórmula admitida pela cúpula militar: promoções na Reserva para os anistiados sem indenizações de qualquer espécie.

## Ulysses e Sarney varam a noite à procura de votos

BRASÍLIA — "As coisas estão complicadas. Cá para nós, o nosso Fragelli se embaracou todo com a pressão dos adversários e foi obrigado a anular a votação" — foi o que disse o Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, ao Presidente José Sarney, às quatro horas da madrugada de ontem sobre a confusão instalada no Congresso.

— Não é possível — comentou, ainda solenemente, o Presidente, que iria viajar para Aracaju duas horas e meia depois.

— O pior é que tem muita gente já se preparando para viajar e será difícil manter os Senadores em Brasília.

— Temos que dar um jeito — observou Sarney.

— Inclusive, pelo que sei, tem quatro Senadores que estão na sua comitiva de viagem.

— Isso não é problema. Eles ficam.

— Mas precisamos de mais votos. Os que ainda estão em Brasília e podem ser segurados, inclusive os quatro de sua comitiva, são insuficientes para aprovar a matéria — frisou Ulysses, solicitando uma ação imediata de Sarney, que seria reforçada por ele e pelos líderes da Aliança na Câmara e Senado.

A "Operação resgate" durou duas horas. As 14 horas, Sarney e Ulysses, numa articulação difícil, conseguiram colocar em plenário 55 Senadores. O Governo estava salvo.

— Mas não foi fácil — revelou o Presidente da Câmara. Ele acionou empresas de táxi-aéreo e até empresas aéreas convencionais para trazer os Senadores a Brasília.

Ulysses conseguiu, com muito custo, localizar em Mato Grosso o Senador Benedito Canellas (PFL), conhecido como o parlamentar mais ausente de Brasília. Ofereceu-lhe um "jatinho" para buscá-lo em Cuiabá. Canellas dispensou gentilmente a mordomia, por achar que tinha condições de vir em vôo comercial normal. Só que não veio.

O Presidente da Câmara falou também com o líder do PDS no Senado, Murilo Badaró, que havia viajado cedo para Belo Horizonte com uma forte sinusite. Ele entendeu a justificativa de Badaró, pois, pela voz, percebeu que o líder do PDS estava mesmo doente.

— Faço questão de registrar isso. O Badaró, realmente, não veio porque estava doente — disse Ulysses.

O Senador Gabriel Hermes (PDS-PA) foi retido quando embarcava para Belém. Os quatro Senadores que integrariam a comitiva de Sarney — Nivaldo Machado (PFL-PE), Lourival Baptista (PFL-SE), Albano Franco (PFL-SE) e Cid Sampaio (PMDB-PE) — não ofereceram dificuldades para serem persuadidos: Sarney ligou para Lourival, o Ministro Marco Maciel para Nivaldo, que é seu suplente. Cid Sampaio já sabia da anulação da votação e desistiu de viajar espontaneamente. E Albano Franco foi à Base Aérea apenas para comunicar ao Presidente, num ato de gentileza, que não poderia viajar na comitiva.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, chegou em seguida à Base para informar pessoalmente o Presidente sobre os acontecimentos da madrugada. Sarney estava aparentemente tranquilo e comentou:

— Você está com a cara de quem teve uma noite mal dormida.

Chiarelli disse então a Sarney que no episódio da madrugada aconteceram coisas sub-generais: quem estava não votou e vice-versa, numa alusão ao Senador Saldanha Derzi, que teve o seu nome computado entre os votantes.

JORGE BASTOS MORENO E WILSON TEIXEIRA SOARES

## ESFORÇO CONCENTRADO

## Na terça, os importantes projetos ainda em pauta

BRASÍLIA — O Congresso reinicia na próxima terça-feira o esforço concentrado para votar uma pauta na qual estão incluídos projetos importantes, como a nova Lei dos Partidos e o Plano Nacional de Informática. A ordem de votação das matérias será decidida em reunião das lideranças, na segunda-feira.

O líder do Governo, Deputado Pimenta da Veiga, ainda não sabia dizer ontem quando será enviado ao Congresso o pacote fiscal. Pimenta tem uma reunião na segunda-feira com deputados que participaram da tramitação, pelas comissões, da nova Lei dos Partidos — João Gilberto (PMDB-RS), Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Lélcio de Souza (PMDB-RJ). Na terça-feira de manhã, ele reúne a bancada para firmar posição sobre

os pontos que serão votados.

O Plano Nacional de Informática e o pacote fiscal são matérias polémicas, mas a Lei dos Partidos, por interessar diretamente aos parlamentares, talvez seja a matéria de votação mais demorada. Ela prevê a extinção do candidato nato e das sublegendas para o Senado, a redução do prazo de filiação — de um ano para seis ou nove meses — e a extensão das coligações às eleições proporcionais.

Também entrarão na pauta a concessão de "Royalties" pelo petróleo explorado na orla marítima, permissão de sindicalização e redução para seis horas da jornada dos econômicos, o aumento do funcionalismo público e a revogação do decreto-lei que torna vitalícias as nomeações dos atuais Procuradores da República.